

# O processo político na formação territorial estado do Paraná - Brasil

João Matheus Afinovicz de Lima <sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a formação política, econômica e territorial do Estado do Paraná, compreendendo o território como uma construção histórica resultante da articulação entre decisões políticas, interesses econômicos e dinâmicas espaciais. Parte-se do entendimento de que a configuração territorial paranaense não ocorreu de forma homogênea, mas foi condicionada por contextos históricos específicos, pela atuação do Estado e de diferentes agentes e atores políticos e econômicos, bem como pela inserção do Paraná em circuitos produtivos regionais, nacionais e internacionais. A emancipação política de 1853 é considerada um marco fundamental para a consolidação administrativa do estado e para a implementação de projetos voltados à ocupação, integração e controle do território. A análise privilegia uma abordagem da Geografia Política e da Geografia Histórica, examinando as relações de poder que orientaram a ocupação do espaço paranaense e contribuíram para a formação de desigualdades regionais. Dessa forma, busca-se compreender como economia, política e território se articularam na construção do espaço paranaense. Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica, documental e histórica, com leituras sistemáticas de obras relevantes sobre a temática. A elaboração de mapas foi fundamental para a delimitação do recorte espacial e temporal da análise. Além disso, foram utilizados dados estatísticos e secundários provenientes de instituições como IBGE, IPARDES, Sindicato Rural do Paraná, prefeituras paranaenses e acervos da Biblioteca Nacional, contribuindo para uma compreensão aprofundada das interações entre sociedade e espaço no contexto paranaense.

**Palavras-chave:** Paraná; Processo Político; Formação; História Política; Território.

## ABSTRACT

This article aims to analyze the political, economic, and territorial formation of the State of Paraná, understanding territory as a historical construction resulting from the articulation of political decisions, economic interests, and spatial dynamics. It is based on the assumption that Paraná's territorial configuration did not occur in a homogeneous

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia, Universidade Estadual do Centro Oeste, e-mail: joaoafinovicz158@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4616110204005336>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0668-1324>.

manner, but was shaped by specific historical contexts, the action of the State, and the role of different political and economic agents and actors, as well as by Paraná's insertion into regional, national, and international productive circuits. The political emancipation of 1853 is considered a fundamental milestone for the administrative consolidation of the state and for the implementation of projects aimed at territorial occupation, integration, and control. The analysis privileges an approach grounded in Political Geography and Historical Geography, examining the power relations that guided the occupation of Paraná's territory and contributed to the formation of regional inequalities. In this sense, the study seeks to understand how economy, politics, and territory were articulated in the construction of Paraná's spatial structure. Methodologically, the research is based on bibliographical, documentary, and historical review, involving systematic readings of works relevant to the subject. The production of maps was essential for delimiting the spatial and temporal scope of the analysis. In addition, statistical and secondary data from institutions such IBGE, IPARDES, Sindicato Rural do Paraná, municipal governments, and collections from the National Library were used, contributing to a deeper understanding of the interactions between society and space in the Paraná context.

**Keywords:** Paraná; Political Process; Formation; Political History; Territory.

## Introdução

A formação territorial do Estado do Paraná constitui um processo histórico complexo, marcado pela atuação de distintos agentes políticos e econômicos, pela implementação de projetos estatais e pela incorporação gradual de diferentes porções do território a partir de lógicas específicas de ocupação e exploração. Tal processo não se deu de maneira homogênea nem linear, mas foi condicionado por contextos históricos, disputas de poder, interesses regionais e nacionais e pela inserção do território paranaense em dinâmicas econômicas mais amplas (Priori et al., 2012). Nesse sentido, compreender a formação do Paraná implica analisar o território como uma construção histórica e social, resultante da articulação entre política, economia e espaço geográfico.

Desde o período colonial, o espaço que hoje corresponde ao Paraná esteve inserido em estratégias de ocupação vinculadas à expansão da colonização portuguesa, à exploração de recursos naturais e ao controle de áreas consideradas estratégicas para a Coroa. Inicialmente subordinado à Capitania de São Vicente e,

posteriormente, à Província de São Paulo, o território paranaense foi ocupado de forma desigual, com maior concentração populacional no litoral e nos campos naturais do planalto, enquanto extensas áreas do interior permaneceram por longos períodos à margem das dinâmicas econômicas dominantes. Essa ocupação seletiva refletia tanto limitações técnicas e logísticas quanto interesses políticos e econômicos específicos, que priorizavam determinadas áreas em detrimento de outras (Campinas, 2005).

A emancipação política do Paraná, ocorrida em 1853, representa um marco decisivo no processo de consolidação territorial do estado, na medida em que possibilitou a criação de uma estrutura administrativa própria e a formulação de políticas voltadas à organização e à integração do território (Ramos, 2022). A partir desse momento, o governo provincial passou a desempenhar papel central na promoção da ocupação de novas áreas, na atração de investimentos e na implementação de infraestruturas de transporte e comunicação, elementos fundamentais para a incorporação do território ao mercado nacional. Entretanto, essa autonomia política não significou ruptura imediata com as estruturas herdadas do período anterior, mas a reconfiguração de relações de poder já existentes, especialmente aquelas ligadas às elites agrárias e comerciais (Cigolini, 1999).

No caso paranaense, a atuação estatal foi decisiva para a consolidação das fronteiras internas, para o controle de áreas consideradas estratégicas e para a mediação de conflitos entre diferentes interesses econômicos e sociais. Ao mesmo tempo, a formação territorial do Paraná esteve profundamente associada à expansão do capitalismo agrário, à incorporação de novas terras ao circuito produtivo e à integração do estado às redes nacionais e internacionais de circulação de mercadorias (Ramos, 2022).

A dinâmica econômica desempenhou papel central nesse processo, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, quando atividades como a erva-mate, a madeira e, posteriormente, o café passaram a orientar a ocupação e a valorização de determinadas regiões do estado. Essas atividades não apenas impulsionaram o crescimento econômico, mas também redefiniram as relações sociais e espaciais, contribuindo para a emergência de novos centros urbanos, para a expansão das infraestruturas e para o aprofundamento das desigualdades regionais. A lógica de ocupação territorial

esteve, assim, diretamente vinculada às demandas do mercado e às estratégias de acumulação de capital, frequentemente mediadas pela ação do Estado (Rebelo, 2005).

A compreensão da formação territorial do Paraná também exige considerar os processos de colonização dirigida e de migração interna e internacional, que se intensificaram entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. A chegada de imigrantes europeus e de migrantes provenientes de outras regiões do Brasil contribuiu para a diversificação social e cultural do estado, ao mesmo tempo em que esteve associada a políticas oficiais de povoamento e à expansão da fronteira agrícola. Esses processos, contudo, não ocorreram de forma neutra, estando marcados por relações assimétricas de poder, pela marginalização de populações indígenas e tradicionais e pela apropriação privada de extensas áreas de terra (Cigolini, 1999; Silva, 2005).

No campo da Geografia Histórica, a análise da ocupação do território paranaense permite identificar continuidades e rupturas nos padrões de uso e apropriação do espaço. Regiões como o Paraná Tradicional, o Norte Pioneiro e o Oeste paranaense apresentam trajetórias distintas de ocupação, condicionadas por diferentes contextos históricos, agentes envolvidos e atividades econômicas predominantes. Enquanto o Paraná Tradicional se estruturou a partir de atividades como a pecuária e a exploração da erva-mate, o Norte Pioneiro foi marcado pela expansão cafeeira e pela atuação de companhias colonizadoras, e o Oeste consolidou-se mais tardiamente, associado à colonização agrícola, à expansão da fronteira produtiva e à integração com o mercado nacional (Machado, 1968).

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo analisar a formação política e econômica do Estado do Paraná e sua relação com o processo histórico de ocupação e organização do território, identificando os principais agentes envolvidos, os contextos históricos específicos e as regiões incorporadas em cada etapa desse processo. Parte-se do pressuposto de que a compreensão da formação territorial paranaense requer uma abordagem integrada, que articule política, economia e espaço, evidenciando o papel das relações de poder na produção do território.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de bibliografia especializada, documentos históricos, legislação e dados secundários, articulados a uma

leitura crítica da formação territorial a partir das contribuições da Geografia Política e da Geografia Histórica. Essa perspectiva permite compreender o território não apenas como resultado de processos econômicos, mas como expressão material de disputas políticas, projetos estatais e estratégias de dominação e controle. Os dados estatísticos secundários foram obtidos de órgãos como IBGE, o IPARDES, sindicatos rurais do Paraná, além de diversas prefeituras paranaenses.

Estruturalmente, o artigo está organizado em duas seções principais. A primeira dedica-se à análise da formação política e econômica do Paraná, desde sua emancipação em 1853 até meados do século XX, destacando os principais agentes políticos, partidos, elites regionais e arranjos institucionais que influenciaram a consolidação do estado. A segunda seção examina o processo histórico de ocupação do território paranaense, partindo do Paraná Tradicional, avançando para o Norte Pioneiro e culminando na análise da ocupação da região Oeste, evidenciando os contextos, agentes e dinâmicas econômicas que orientaram a incorporação dessas áreas ao espaço produtivo e ao controle estatal.

Ao propor uma leitura integrada da formação política, econômica e territorial do Paraná, este artigo busca contribuir para o debate acadêmico sobre a produção do espaço regional, oferecendo subsídios à compreensão das desigualdades socioespaciais e das heranças históricas que ainda se fazem presentes na configuração do território paranaense contemporâneo.

### **Formação política e econômica do Paraná a partir de sua emancipação (1853-1919)**

A formação política e econômica do Paraná está diretamente relacionada aos processos históricos iniciados ainda no período colonial, intensificados com a descoberta de metais preciosos na Baía de Paranaguá, no final do século XVI e início do XVII. A exploração aurífera atraiu povoadores, especialmente paulistas, e foi decisiva para a elevação de Paranaguá à condição de capitania, em 1660, bem como para a fundação de Curitiba. Desde esse período, o território paranaense esteve subordinado às decisões

políticas da Capitania de São Paulo, o que marcou profundamente sua organização administrativa e econômica (Priori et *al.*, 2012).

Durante o século XVIII, os sucessivos desmembramentos da Capitania paulista, com a criação das capitanias de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro, reduziram sua importância político-administrativa. Em 1748, São Paulo perdeu autonomia, passando a ser subordinada ao Rio de Janeiro, então capital do Brasil a partir de 1763. Somente em 1765 São Paulo recuperou sua autonomia como capitania, mantendo sob seu controle os atuais territórios paulista e paranaense (Severino, 2009). Nesse contexto, o Paraná permaneceu como comarca, sem estrutura administrativa adequada, enfrentando precariedade nos serviços públicos, ausência de escolas, lentidão da justiça, insegurança e forte carga tributária imposta tanto pelo Império quanto pela Província de São Paulo (Priori et *al.*, 2012).

Essa conjuntura estimulou a mobilização de agentes políticos locais em favor da emancipação (Paraná, 2003). Em 1811, Pedro Joaquim de Sá, representante da Câmara de Paranaguá, apresentou a D. João VI um projeto defendendo a separação do Paraná da Província de São Paulo, argumentando sobre as vantagens administrativas e econômicas da autonomia. A proposta, entretanto, foi rejeitada sob a justificativa de que a comarca não possuía condições financeiras e sociais para se autogovernar.

A principal medida adotada pelo príncipe regente foi a transferência, em 1812, da sede da 5ª, por meio da Lei nº 437, de Paranaguá para Curitiba, reforçando o papel político-administrativo da cidade.

O bacharel formado Hypolito Soares de Souza, vice presidente da Província de São Paulo, faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte: Art. 1º - As comarcas da Província ficam elevadas a dez, e sua denominação e divisão seguinte:

[...] 10º - Comarca de Curitiba compreendendo esta cidade, Paranaguá, Príncipe, Antonina, Morretes, Guaratuba e Castro. Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente, como nela se contém (Paraná, 2003, p.15).

Nova tentativa de emancipação ocorreu em 1843, mas encontrou forte resistência dos deputados paulistas, que temiam prejuízos econômicos com a perda do território paranaense. Como estratégia política, esses parlamentares defenderam a criação da Província de Sapucaí, desmembrada de Minas Gerais, adiando novamente a emancipação do Paraná. Somente a partir de 1850, diante das preocupações do Império com a defesa das fronteiras meridionais e o risco de invasões estrangeiras, o tema voltou à pauta política. Nesse cenário, a criação da Província do Amazonas reforçou o debate sobre a reorganização territorial do Império (Campinas, 2005).

Ainda assim, os deputados paulistas continuaram a atuar contra a emancipação paranaense, promovendo o desmembramento dos distritos da 5ª Comarca em dez unidades, reduzindo o território sob jurisdição de Curitiba. Em 1852, por meio da Lei nº 437, Curitiba passou a constituir a 10ª Comarca da Província de São Paulo. A reação a essas manobras contou com o apoio político de Minas Gerais e da Bahia, interessadas em reduzir o peso político de São Paulo no cenário imperial. Assim, em 2 de agosto de 1853, o projeto de emancipação foi aprovado, sendo sancionado em 29 de agosto do mesmo ano por D. Pedro II, através da Lei nº 704.

Dom Pedro II, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembleia Geral Legislativa decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1º – A Comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, fica elevada à categoria de Província do Paraná. A sua extensão e limites serão os mesmos da referida Comarca.

Art. 2º – A nova Província terá por capital a cidade de Curitiba, enquanto a Assembleia respectiva não decretar o contrário.

Art. 3º – A Província do Paraná terá um senador e um deputado à Assembleia Geral; sua Assembleia Provincial constará de vinte membros.

Art. 4º – O Governo fica autorizado a criar, na mesma Província, as estações fiscais indispensáveis gerais, submetendo depois o que houver determinado ao conhecimento da Assembleia Geral para definitiva aprovação.

Art. 5º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos vinte e nove de agosto de mil oitocentos e cinquenta e três, trigésimo segundo da Independência e do Império (Camargo, 2004, p. 160).

A instalação solene da Província do Paraná ocorreu em 19 de dezembro de 1853, com a posse do primeiro presidente provincial, Zacarias de Góes e Vasconcellos, agente político ligado ao Partido Liberal do Império. Zacarias manteve Curitiba como capital e organizou administrativamente o território em três comarcas: Curitiba, Paranaguá e Castro. A nova província contava então com duas cidades, sete vilas, seis freguesias e cinco capelas curadas, além de uma população estimada em pouco mais de 62 mil habitantes. A economia provincial baseava-se na pecuária, no comércio de muares, na agricultura de subsistência e na indústria extrativa da erva-mate, atividade que se consolidaria como o principal produto econômico do Paraná ao longo do século XIX (Camargo, 2004).

No final do século XIX e início do século XX, o Paraná apresentava dispersão do poder político e econômico entre o litoral (Paranaguá, Antonina e Morretes), os Campos Gerais (Castro, Palmeira, Ponta Grossa e Guarapuava), o sul do estado (Lapa) e a capital Curitiba. Com a Proclamação da República, em 1889, o controle político passou a ser exercido pelo Partido Republicano Paranaense (PRP), instrumento das elites agrárias e comerciais. A economia do mate produziu uma elite política e econômica dominante, entre a qual se destacavam famílias como os Munhoz da Rocha e os Camargo (Rebelo, 2005).

A crise da indústria ervateira nas primeiras décadas do século XX, associada ao fechamento de fábricas e à retração das exportações, coincidiu com o surgimento de novos ciclos econômicos, como a madeira e, posteriormente, o café no norte do estado. Esse processo ocorreu paralelamente à baixa densidade demográfica oficial e à política de invisibilização das populações indígenas e negras, apesar de sua presença histórica no território (Santos, 2005).

As transformações econômicas intensificaram os conflitos sociais, especialmente em Curitiba, onde o processo de industrialização, a

imigração europeia e a organização sindical favoreceram o surgimento do movimento operário. A Greve Geral de 1917, ocorrida durante o governo de Affonso Alves de Camargo, paralisou serviços essenciais, transportes e fábricas, refletindo reivindicações por melhores salários, redução da jornada de trabalho, diminuição do custo de vida e melhores condições sanitárias nas indústrias. O governo estadual atribuiu as dificuldades econômicas a fatores externos, como a Primeira Guerra Mundial e a carestia provocada pela escassez de matérias-primas e mercados (Padis, 1970).

Na década de 1920, o Paraná foi profundamente afetado pelas crises do capitalismo internacional, pela queda do preço do café, pelo fortalecimento dos Estados Unidos no cenário mundial e pelos conflitos políticos nacionais, como o tenentismo, a atuação da Coluna Prestes, a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) e, ao final do período, a Revolução de 1930. Nesse contexto, a política estadual permaneceu sob controle das oligarquias, com destaque para a família Camargo, que dominava cargos no Executivo, Legislativo e Judiciário (Padis, 1970).

A aliança entre Caetano Munhoz da Rocha, representante da burguesia urbana ligada à indústria ervateira, e a família Camargo expressou um rearranjo das frações dominantes do poder estadual, buscando preservar a hegemonia política diante das transformações econômicas e sociais. Essa articulação foi fundamental para sustentar o governo da época, cuja atuação esteve voltada à modernização controlada do Estado, à integração territorial e à ampliação da infraestrutura, sem romper definitivamente com o modelo oligárquico vigente (Priori et al., 2012).

Dessa forma, a formação política e econômica do Paraná, desde a emancipação até meados do século XX, revela-se como resultado de disputas entre agentes políticos imperiais e republicanos, partidos como o Partido Liberal, o Partido Conservador e o Partido Republicano Paranaense, famílias oligárquicas, elites econômicas e movimentos sociais emergentes. Esses elementos foram decisivos para moldar a ocupação do território paranaense, a consolidação do poder estadual e as bases das desigualdades regionais e sociais que marcaram a história do Paraná (Santos, 2005).

A consolidação do Estado paranaense ocorreu de maneira desigual no território, refletindo interesses econômicos específicos, estratégias de controle político e projetos de integração regional

que privilegiaram determinadas áreas em detrimento de outras. As decisões institucionais, os arranjos partidários, a ação das oligarquias e a emergência de novos atores sociais moldaram não apenas a estrutura administrativa do Paraná, mas também os ritmos, as direções e os sentidos de sua ocupação territorial.

É a partir dessa compreensão que se torna fundamental avançar para a análise da ocupação histórico-geográfica do território paranaense, buscando identificar quais foram os agentes e atores políticos e econômicos envolvidos, os contextos históricos específicos e as regiões progressivamente incorporadas ao espaço produtivo e ao controle estatal. O próximo tópico inicia-se pela análise do Paraná Tradicional, avança para a formação do Norte Pioneiro, marcada pela expansão da cafeicultura e pela forte influência paulista, e culmina na ocupação da região Oeste, associada às políticas de colonização, à integração territorial e à redefinição das fronteiras internas do estado.

A articulação entre esses processos de ocupação e o contexto político-institucional é central para compreender como se construiu a formação territorial do Paraná, suas desigualdades regionais e as bases estruturais que ainda condicionam a dinâmica socioespacial do estado. Nesse sentido, entender a formação territorial do Paraná exige reconhecer que o espaço não foi ocupado de maneira espontânea ou homogênea, mas resultou de projetos políticos deliberados, de interesses econômicos específicos e de correlações de força entre diferentes agentes sociais. A incorporação progressiva do território paranaense esteve condicionada à lógica da expansão do capital, à necessidade de controle das fronteiras internas e externas e à atuação do Estado como mediador e indutor da ocupação.

### **Ocupação histórico-geográfica do território paranaense**

Ao longo da história do Paraná, o ordenamento territorial tem sido influenciado por diversos contextos, incluindo a colonização, a expansão econômica, o crescimento urbano e a conservação ambiental. A ocupação histórica do estado reflete a interação entre diferentes atores sociais, como comunidades locais, governos, indústrias e agricultura.

A ocupação do território paranaense iniciou-se com a fundação de povoados e cidades pelos espanhóis, quando as terras eram

delimitadas pelo Tratado de Tordesilhas. Entre os núcleos criados nesse território, destacam-se *Ciudad Real Del Guayrá*, em 1557 e *Villa Rica Del Espiritu Santu*, fundada em 1576, que hoje correspondem, respectivamente, aos municípios Terra Roxa e Fênix (Cigolini, 1999).

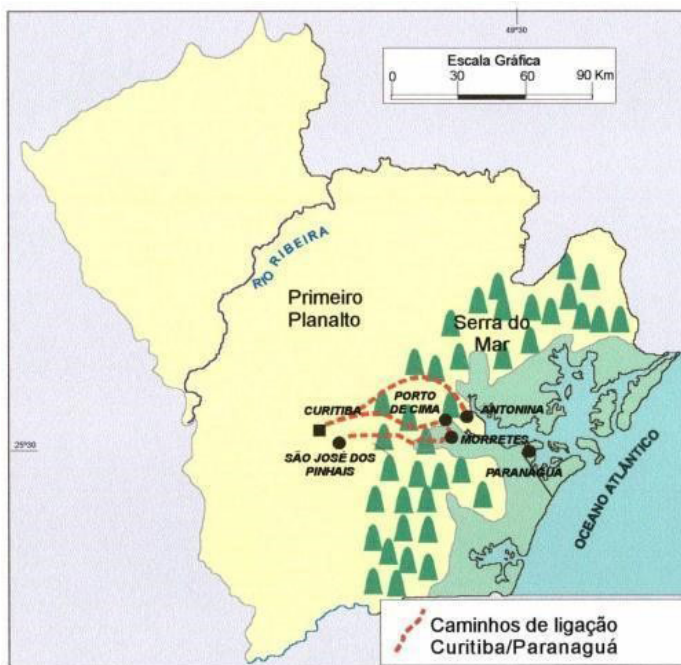
De acordo com Adilar Cigolini (1999), com o intuito de expandir as fronteiras, os espanhóis utilizaram as companhias jesuíticas para se instalar nas reduções (povoamentos), enquanto os portugueses, movidos pelo mesmo interesse de expansão territorial, organizavam expedições para destruir essas reduções. Com os constantes ataques, as cidades anteriormente citadas, acabaram sendo extintas.

A ocupação efetiva do território que mais tarde se chamaria Paraná data de meados do século XVIII, com a descoberta do ouro no litoral paranaense. O primeiro povoado criado oficialmente foi a baía de Paranaguá. Em 1648, Paranaguá foi elevada à condição de vila, o que impulsionou a criação de outras vilas na região. É possível observar, na Figura 1, que a ocupação do litoral decorreu da exploração do ouro e, nesse contexto, foram criadas as vilas de Curitiba e os caminhos da Graciosa, além de Itupeva e Arraial, que estabeleciam conexões entre si.

A partir desse núcleo inicial de ocupação, a exploração aurífera desempenhou papel estruturante na abertura de caminhos e na interiorização do povoamento, conectando o litoral ao planalto e permitindo a articulação entre diferentes pontos do território. Os caminhos coloniais, como o da Graciosa, não apenas viabilizaram o escoamento da produção mineral, mas também consolidaram rotas de circulação de pessoas, mercadorias e informações, tornando-se eixos fundamentais de integração territorial.

Esse processo favoreceu o surgimento de novos núcleos de povoamento no interior, especialmente no planalto curitibano, onde a ocupação passou a se organizar em torno de atividades complementares à mineração, como a agricultura de subsistência, a pecuária e o comércio, estabelecendo as bases iniciais da configuração espacial que caracterizaria o Paraná Tradicional.

Figura 1 – Território ocupado no fim do ciclo do ouro



**Fonte:** Wachowicz (1987).

Esse processo de territorialização, ocupação e colonização foi fomentado por uma sociedade baseada em grandes propriedades rurais, patriarcalista e tropeirista, marcada por um modo de vida simples e rústico, o que fez dessa região a mais antiga a ser ocupada no sistema mercantil português do século XVII até o final do século XIX (Ramos, 2022).

Desse modo, uma das primeiras atividades econômicas desenvolvidas na região foi a extração de ouro aluvial (Fajardo e Cunha, 2021). Outra atividade relevante foi a atividade pecuária extensiva nos Campos Gerais, diretamente ligada ao tropeirismo, como se pode observar na Figura 2. O Caminho dos Tropeiros foi aberto no ano de 1776, segundo Ramos (2022), e constituía uma importante rota de escoamento do gado bovino entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, onde os animais eram comercializados nas feiras de Sorocaba. Segundo o autor, a viagem poderia durar até quatro meses até o destino final.

Foi dessa maneira que surgiram diversas fazendas e povoadamentos nas áreas de campo no próprio Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, visto que essa era a principal rota que interligava a rede de caminhos para o deslocamento entre esses estados.

Figura 2 - Mapa ilustrativo do Caminho das Tropas entre os séculos XVIII e XIX.



**Fonte:** Machado (1968).

Segundo Ramos (2022), os Campos Gerais, mesmo com suas pastagens naturais pobres e de fácil acesso, despertaram o interesse de famílias abastadas e poderosas de São Paulo, incluindo famílias de bandeirantes paulistas.

Dessa forma, para dimensionar a importância dessas terras e dessa rota, Motim afirma:

A mineração e a criação eram dois sistemas econômicos que se complementavam. A pecuária teve grande importância nos campos de Curitiba, assim como no povoamento do Paraná. Curitiba localizou-se no ponto de contato entre os habitantes do litoral e dos campos. A agricultura não adquiriu tanta importância quanto a criação de gado, como fonte de abastecimento,

porque roçar, semear, cuidar da plantação, tomava mais tempo do que criar gado. Os criadores exerciam a atividade mineradora de forma esporádica. A necessidade de abastecimento das minas, manifestando-se com maior intensidade, fez com que se multiplicassem as fazendas no Paraná e o povoamento se expandisse pelas zonas de campo localizadas mais a oeste. Os Campos Gerais, no século XVIII, com o tráfico de gado e tropas par São Paulo, tornaram-se a base do povoamento do Paraná. Além do comércio norte-sul de mercadorias para o sustento de colonos e tropas militares sediadas no Rio Grande do Sul (Motin, 1987. p.72).

Mesmo com o fato de a colonização no Campos Gerais ter começado apenas no século XVIII, tinha em sua produção uma baixa demanda agropecuária, isso perdurou até os anos de 1950, devido às técnicas de exploração do solo que eram inadequadas, dificultando os trabalhos dos agropecuários (Ramos, 2022). Assim:

A sociedade fundada nos latifúndios dos Campos Gerais apresentava-se estabilizada, com a grande família residindo nas fazendas, à base do trabalho escravo, e com a mocidade encontrando nas atividades do Tropeirismo a sua forma de participação na ordem social. [...] Castro é uma pequena cidade [...] os cidadãos moram pelas estâncias de criar, pelo que as suas casas da cidade só se abrem aos domingos, dias santos ou de festas, tempo em que concorrem e fazem-na regurgitar (Machado, 1968, p. 54).

Já no século XIX, o processo de formação do espaço paranaense remonta à colonização portuguesa nos campos de Guarapuava e de Palmas, com um viés exploratório, sobretudo por sua proximidade com colônias espanholas cujos limites não estavam oficialmente delimitados. Além disso, esse momento também esteve associado à expansão da atividade tropeira, que dava suporte à mineração de ouro no país (Silva, 2005).

Os vaqueiros foram um dos que alcançaram esses campos, pois a aquisição do gado estava vinculada a um sistema chamado de “quarta”, no qual o quarto bezerro nascido na estância cabia ao vaqueiro, que, assim, formava gradualmente sua própria tropa (Silveira, 2003). A ocupação luso-brasileira dos campos de Guarapuava ocorreu através de expedições militares, enquanto nos campos de Palmas prevaleceram ocupações de cunho espontâneo.

A principal característica instaurada nos campos de Guarapuava era a condição de “fronteira”, aspecto já evidente em 1809, quando se iniciou o processo de colonização. Em 9 de dezembro de 1819, lançaram-se as bases para a criação da freguesia de Nossa Senhora de Belém dos Campos Gerais de Guarapuava. O primeiro mapeamento da região foi realizado por Padre Chagas, pois entre 1811 e 1815 foram abertos caminhos pela expedição do tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, o que contribuiu para um mapeamento superficial da área (Wachowicz, 2000. P. 100).

Aqui, pode-se enfatizar que o condicionamento natural é relevante no que se refere às ocupações, pois muitas vezes determina as possibilidades de existência e permanência humana. As limitações impostas por grandes rios, escarpas, serras e florestas constituíram fatores de atraso para os exploradores, pois, ao serem ocupadas, as regiões se distinguiam em suas potencialidades, bem como por diferenças de clima e o solo (Fajardo e Cunha, 2021).

No cerne da formação produtiva, a ocupação territorial foi resultado da exploração econômica na região, em diferentes fases, delimitadas no tempo e no espaço, à medida que o território se configurava (Fajardo e Cunha, 2021). Dessa forma:

Analisando o interior paranaense a partir do recorte espacial historicamente chamado de “Paraná Tradicional”, este “período/espço” carrega consigo todo um simbolismo das ocupações e povoamentos desde o período colonial. Trata-se de um espaço formado a partir da expansão de uma sociedade campeira e escravagista, a partir da grande propriedade e da exploração de campos nativos (Campos Gerais, Guarapuava e Palmas) e uso de mão de obra escrava (Fajardo e Cunha, 2021. p. 11).

Já em 1849, foi criado o povoamento de Guarapuava, elevado à categoria de vila, tornando-se o primeiro município do terceiro planalto. Nessa época, o interesse econômico dos grandes fazendeiros concentrava-se na expansão para novas áreas destinadas à criação de gado, modelo de exploração de terra que não exigia mão de obra intensiva.

Porém, a política de obtenção dessas terras, segundo Abreu (1986, p. 41), ocorria da seguinte forma:

Somente poderiam ser adquiridas através das posses ou ocupação, estabelecendo-se latifúndios maiores que os formados pelas sesmarias. A tendência para a grande propriedade estava já arraigada definitivamente na psicologia da nossa gente [...].

Em 1853, com a emancipação do Paraná em relação a São Paulo, observou-se um impulso significativo na ocupação territorial, impulsionado pela implementação direta de políticas de imigração, “[...] culminando com a chegada de imigrantes europeus (ucranianos, poloneses, alemães e italianos, dentre outros), estabelecendo colônias muito além [...] de Curitiba” (Fajardo e Cunha, 2021).

Ainda sobre o processo de emancipação, pode-se afirmar que:

[...] com o crescimento do comércio de animais e a exportação da erva-mate, essa região passa a despertar o interesse do poder central, uma vez que tais atividades econômicas, se bem fiscalizadas, gerar-lhe-iam receitas. Porém, mais do que o fator econômico, a ameaça separatista, sugerida pela Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, desperta a atenção do governo imperial para o risco de alargamento da onda revolucionária até o Paraná, e daí, para a própria província de São Paulo.[...] a emancipação foi uma concessão estratégica do governo imperial para aplacar o descontentamento dos liberais com a excessiva interferência do poder central nas províncias, bem como contra os impostos cobrados pelas exportações (Magalhães, 2001. p. 23).

Na década de 1860, a região passou a constituir um importante ponto de passagem e pouso dos tropeiros, onde realizavam a prática da invernagem e a engorda dos gados para dar prosseguimento à viagem para São Paulo. Nessa mesma época, com as concessões de terras e a expansão da cultura cafeeira, surgiram os primeiros povoados ao norte.

A criação de gado tornou-se reduzida no terceiro planalto, e os fazendeiros passaram a adotar a prática da invernada, obtendo lucros em menor tempo, uma vez que essa modalidade diminuía os riscos e os custos com o manejo do gado. Também nesse período a economia começa a ter como base a erva-mate (Chang, 1988).

No início do século XX, a falta de vias de comunicação adequadas limitava a formação de aglomerados urbanos e resultava em grande distância entre os municípios e distritos no interior do

estado. A dificuldade de acesso e transporte dificultava a expansão rápida e o desenvolvimento de novos municípios.

A importância das estradas para carroças configurou-se como alternativa ao sistema ferroviário limitado existente à época. Essas estradas de rodagem constituíram solução para a circulação de riquezas, uma vez que o Estado não dispunha de recursos suficientes para investir na expansão das vias férreas na região. Assim, foram construídas para interligar as zonas mais povoadas e as áreas produtoras às ferroviárias já existentes, como as que passavam por Guarapuava, Palmeira, Lapa, Bocaiúva do Sul, Jacarezinho, Colônia Mineira e Vila do Piraí (Roncaglio, 1996).

Na década de 1920, as linhas de ocupação avançaram significativamente para as regiões central, oeste, sudeste e norte do estado. Em 1940, a área do município de Guarapuava representava cerca de 30% do território paranaense. Ainda na década de 1940 ocorreu a chamada “Marcha para o Oeste” que atraiu a migração intensa de gaúchos e catarinenses, incentivada pelo governo de Vargas (Wachowicz, 1987, p. 55).

Em 1950, Segundo Wachowicz (1987), a estrutura agrária da região do Paraná Tradicional conformou um modelo de ocupação baseado em grandes latifúndios, padrão que ainda se faz presente em algumas áreas. Como consequência, verificou-se baixo contingente populacional, decorrente da limitada disponibilidade de terras para a produção agrícola e da pouca diversidade econômica. A partir de 1950, com a chegada dos colonos brasileiros e imigrantes às áreas do Paraná Tradicional, ocorreram transformações e a tecnificação dos implementos agrícolas, impulsionando o avanço econômico.

Já o processo de colonização do Norte do Paraná ocorreu com caráter mais ligado ao setor privado, pois a economia do café se instalou nessa região, fazendo com que surgissem novos núcleos urbanos com uma economia mais diversificada, tendo como base a agricultura e a indústria (Ramos, 2022). Os primeiros investidores na região foram mineiros, representados por Thomás Pereira da Silva, em 1862, o qual denominou o primeiro núcleo urbano de “Colônia Mineira” (atualmente Siqueira Campos).

Outros núcleos foram surgindo, como Santo Antônio da Platina (1866), Wenceslau Brás e São João Teixeira (1867), além de Jacarezinho (1900). Segundo Ramos (2022), esse crescimento de

núcleos estimulou o empresário de café Barbosa Ferraz a adquirir novas áreas para a produção no Norte paranaense como de Cambará, em 1904; Bandeirantes, em 1921; e Cornélio Procópio, em 1924.

Ainda em 1929, apesar dos efeitos da crise economia internacional, um novo *boom* de povoamento ocorreu ao Norte, em razão dos trabalhos de loteamento iniciados pela Companhia de Terras Norte do Paraná. A organização da companhia atuou na ocupação das terras do Norte e parte do Oeste, até o rio Piquiri, em um dos maiores empreendimentos já ocorridos no Brasil até aquele momento. O repartimento de terras em pequenos e médios lotes fez com que surgissem vários municípios, atraindo maior quantidade de imigrantes (Wachowicz, 2000).

Nesse mesmo período, foram desenvolvidas outras culturas que contribuíram para o desenvolvimento econômico, como arroz, milho, batata e algodão, além da criação, ampliando o espaço econômico de acumulação. O uso de empresas privadas para executar atividades de infraestrutura, sob responsabilidade do Estado, resultou em um processo colonizador com instalação de equipamentos públicos, estruturação de cidades, estradas, ferrovias, hospitais e escolas (Tomazi, 1997).

Em 1935, os trilhos da estrada de ferro chegaram a Londrina (Cardoso, 1952), facilitando as comunicações interurbanas e auxiliando no escoamento da produção agrícola, o que possibilitou a ocupação de novas terras e a formação de aglomerados populacionais próximos aos rios Paranapanema e Ivaí (Silva, 2005). Segundo Westphalen, Machado e Balhana (1968, p. 19), “[...] até o ano de 1943, a Companhia de Terras Norte do Paraná vendera cerca de 117 mil alqueires. Dez anos depois, em 1953, haviam sido vendidos 400 mil alqueires, divididos em cerca de 26 mil lotes agrícolas”.

Com o sucesso dos empreendimentos particulares, o governo estadual promoveu a colonização oficial e, no final dos anos 1930, surgiram municípios como Paranavaí (1942), Jaguapitã (1943) e Centenário (1944).

Esse período é assinalado por várias concessões de terras mediante venda a preço baixo, realizadas pelo governo do estado do Paraná. A mais consequente foi, sem dúvidas, aquela realizada em 1927 em favor da empresa

*Paraná Plantations Limited*, com sede em Londres (Cardoso, Westphalen, 1981, p. 64).

Posteriormente, a Companhia de Terras do Norte do Paraná adquiriu mais de 515 mil alqueires de terra, fazendo com que a produção de café avançasse rumo ao Oeste (Tomazi, 1997). Além do município de Paranavaí, já citado, são frutos dessa companhia também os municípios de Maringá, Cambé, Rolândia, Araçongas, Mandaguari, Apucarana, Jandaia do Sul, Cianorte e Umuarama. Assim, em 25 anos de colonização promovida pela companhia inglesa, surgiram 110 núcleos urbanos, sendo 62 criados exclusivamente pela própria empresa e 48 por outros grupos (Ramos, 2022).

A importância do café para o estado do Paraná inseriu o produto na pauta de exportação, ampliando o prestígio dos agentes políticos. Desse modo, pode-se observar que a produção dessa cultura foi importante para o desenvolvimento econômico do estado, pois os dados de Kohlhepp (2014, p.109) mostram que:

No Norte do Paraná, o número de plantas do café passou de 61 milhões (1942) para 233 milhões (1950); de 695 milhões (1953) a 1,3 bilhões (1963). A área de plantio do café chegou a 17.000 km<sup>2</sup> e a produção nos anos de boa safra alcançou 21 milhões de sacas (a 60 kg) de café cru. O Norte do Paraná alcançou quase 60% da produção do Brasil e, em meados dos anos de 1960, a produção do café arábica foi de 30% da produção mundial. Empresas multinacionais que dirigiam o marketing exerceram forte pressão sobre os atores para a expansão do plantio na frente pioneira. No início dos anos de 1960, 74% das propriedades agrícolas possuíam plantações de café até então e quase sempre sem uso de fertilizantes. As plantações de café atingiam, em média, mais de 80% de toda a área da propriedade.

A mobilidade e as vias de transporte no norte do Paraná precederam a ocupação e a formação de aglomerados urbanos em algumas áreas específicas da região. Um exemplo notável é o eixo de municípios projetados pela Companhia de Terras Norte do Paraná, como Londrina, Cambé, Rolândia, Araçongas e Apucarana, que surgiram de forma sucessiva ao longo dessas vias de comunicação.

Esses municípios planejados puderam crescer e se desenvolver rapidamente devido à sua localização estratégica em relação às vias

de transporte, que facilitaram o fluxo de pessoas, mercadorias e informações. O surgimento desses aglomerados urbanos representa um exemplo claro da importância das infraestruturas de transporte no processo de ocupação e desenvolvimento territorial.

Além disso, observa-se que o sucesso da produção cafeeira nacional, iniciada em 1930, atingiu seu ápice em 1960, com a construção da Estrada do Cerne pelo governo paranaense, que ampliou o escoamento da produção para o Sul, em direção ao Porto de Paranaguá, posteriormente pela Rodovia do Café (1961) e, em seguida, pela Estrada de Ferro Ponta Grossa-Apucarana (Wachowicz, 2000).

Entretanto, em 1960, com o processo de industrialização, consolidou-se também a chamada modernização agrícola. Contudo, conforme Graziano da Silva (1982), não houve com o modelo de concentração fundiária, o que tornou esse processo socialmente doloroso, especialmente no que se refere à expulsão de milhares de famílias do campo. Desse modo:

[...] é parte do processo capitalista de desenvolvimento a que está submetido o nosso país, e se exprime de maneira contraditória pela riqueza e pela miséria que gera: de um lado, pelo crescimento da produção e da produtividade, de outro, pelos resultados perversos do ponto de vista de suas implicações sociais, tais como o crescente êxodo rural, as longas jornadas de trabalho, a concentração da propriedade e da renda etc (Graziano, 1982, p.134).

Nesse processo, as dinâmicas de estruturação da economia em âmbito nacional estavam condicionadas ao contexto da época, tendo em vista as diferentes correntes que promoveram uma abertura econômica. Havia a prática da política de substituição de importações, que intensificou os investimentos na indústria e na agricultura, configurando o chamado “milagre econômico” (Silva, 2005). O Paraná foi um dos estados que apresentou expressivo acréscimo produtivo, destacando-se por uma das melhores integrações com a economia em território nacional.

O café foi perdendo mercado em consequência de fatores internos e externos, tornando-se inviável o seu plantio. As pequenas e médias propriedades foram desaparecendo, o que provocou grande concentração fundiária e êxodo rural acentuado (Silva, 2005).

A respeito da colonização do Oeste do Paraná, Gregory (2002, p. 88-89), afirma que:

A história recente do Oeste do Paraná, no que concerne à ocupação brasileira, se iniciara, ainda no século passado, quando por motivos estratégicos e de segurança das fronteiras, foi fundada em 1889 a Colônia Militar que deu origem a atual centro urbano de Foz do Iguaçu, a mais antiga cidade da região. Nesta época, foi muito pequena a presença de brasileiros, sendo um período de intensa presença estrangeira e de companhias de exploração de erva-mate e madeira”.

Uma das características do Oeste foi a sua colonização lenta, em razão da inexistência de municípios, com exceção de Guarapuava, Foz do Iguaçu e Palmas. O restante era composto apenas por aglomerados de povoados que, posteriormente (até 1920), formariam municípios. Bernardes (1952) descreve que a ocupação também ocorreu da seguinte forma no início do século XX:

[...] um é a estrada que saindo de Ponta Grossa atinge Guarapuava e vai ter a Foz do Iguaçu; outro é a estrada que de União da Vitória vai ter a Palmas; segue depois para Clevelândia, ramifica-se na zona de Pato Branco e continua para Barracão, na fronteira Argentina; enfim o terceiro é constituído pela estrada de Guarapuava a Campo Mourão. (Bernardes, 1952, p. 443).

Nesse processo, houve intensa especulação nos negócios de terras, uma vez que, em sua maioria, colonizadas pelo governo e posteriormente regularizadas. Dentre os conflitos, um dos mais emblemáticos ocorreu na área contestada entre Paraná e Santa Catarina, cuja disputa foi encerrada com a repartição do território em 1916. (Silva, 2005).

Um dos fatores que dificultavam a colonização nesse período era a inexistência de rodovias e ferrovias na região, havendo apenas o trecho da ferrovia São Paulo-Rio Grande até Guarapuava. As primeiras estradas abertas no sentido Leste-Oeste impulsionaram a colonização, seja pública ou privada, no período de 1920 a 1940 (Ramos, 2022).

Nessa região, mais ao Sudeste, foi possível identificar a superposição de dois movimentos de ocupação: o primeiro, de caráter espontâneo; e o segundo de colonização dirigida, promovido por

empresas privadas de colonização, pela iniciativa oficial implementada pelo governo, bem como pela ocupação simples de terras devolutas ou particulares (Westphalen, Machado e Balhana, 1968).

Em 1930, o presidente Getúlio Vargas interveio na problemática das fronteiras, instituindo uma política de ocupação, denominada “Marcha para Oeste”. Essa decisão de cunho federal foi importante para o processo de colonização do Oeste e Sudoeste do Paraná, pois era considerada estratégica a garantia da segurança das fronteiras brasileiras nessa região, frequentemente apontadas como vulneráveis à presença de paraguaios e argentinos (Priori, 2012).

Essa política nacionalista teve fortes consequências para o estado do Paraná, com a ocupação intensa dos atuais polos regionais de Londrina e Maringá, bem como de Francisco Beltrão e Pato Branco, processo conhecido no estado como “colonização moderna” (Priori, 2012). Nos anos 1940, ocorreu a ocupação oficial que criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), em Francisco Beltrão. Nessa iniciativa, mais de 8 mil famílias foram cadastradas, em sua maioria do Rio Grande do Sul (Serra, 1992).

Para evidenciar a preocupação do governo federal acerca da segurança das fronteiras, foi criada, por meio do Decreto nº 5.812 de 1943, o território federal do Iguaçu, que compreendia toda a região Oeste do Paraná, tendo como capital Laranjeiras do Sul. Gregory (2002, p.91) sobre esse tema discorre:

Desse modo, o governo de Moyses Lupion (1946-1950) instituiu a Fundação Paranaense de Colonização para agilizar o processo de concessão de terras, teoricamente devolutas, a imigrantes gaúchos de origem italiana e alemã. Um dos fatores de atração para a ocupação dessas terras foi o seu baixo preço, uma vez que, no Rio Grande do Sul, por exemplo, a venda de poucas terras possibilitava a compra de grandes extensões de terras no Paraná (Silva, 2005).

Assim, em pouco mais de 20 anos, a transformação na região foi intensa, resultando no surgimento de mais de 40 municípios, decorrentes da imigração vinculada ao movimento de ocupação, sobretudo oriunda do Rio Grande do Sul e também de Santa Catarina (Padis, 1981). Diversas empresas também atuaram na exploração do Oeste. Nessa situação, segundo Ramos (2022, p. 76), destacam-se:

Companhia Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A (Maripa), a Pinho e Terras com as seções Piquiri, Céu Azul, Porto Mendes, Lopeí, a Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda., a Colonizadora Criciúma Ltda., todas empresas que se dedicavam à exploração da madeira, comercialização de terras, comércio e indústria. Tinham como clientes preferenciais os colonos descendentes de europeus, imigrantes das áreas coloniais gaúchas e catarinenses.

Pelo que foi analisado, o governo não dispunha dos investimentos necessários para atender aos serviços exigidos; renunciava ao seu papel e transferia suas responsabilidades ao setor empresarial, onde se estruturavam, no setor privado, os espaços urbanos e rurais no Oeste do Paraná (Gregory, 2002).

O governo tinha como objetivo promover a ocupação dos “vazios demográficos”, e a corrente povoadora adentrava por Pato Branco, dispersando-se pelos vales dos rios Chopim, Piquiri e Paraná, sendo constituída, sobretudo, por agricultores italianos e alemães e seus descendentes (Silva, 2005). Nessa porção regional, a atividade econômica baseava-se na plantação de cereais e na criação de suínos, juntamente com a exploração da erva-mate para a demanda nacional e a exploração da madeira, realizada por caboclos (Westphalen; Machado; Balhana, 1968).

Ou seja, a colonização do Norte e do Oeste, como verificado neste tópico, com suas particularidades, evidenciou problemas decorrentes de um processo comandado por grandes empresas colonizadoras privadas, com consequências sociais e econômicas para o estado. Para evitar conflitos fundiários, o governo, na época de Bento Munhoz da Rocha, buscou impedir que, no novo modelo agrário, as grandes companhias colonizadoras tivessem participação, pois, ao longo do processo, tornaram-se evidentes os abusos em nome do capital.

Além disso, a ocupação do Oeste do Paraná trouxe impactos ambientais significativos, como o desmatamento de extensas áreas de florestas para a abertura de novas áreas agrícolas. A região enfrenta, atualmente, desafios relacionados à preservação da biodiversidade e à adoção de práticas mais sustentáveis na produção agropecuária.

Portanto, ao analisar o processo histórico de formação territorial do Paraná, destaca-se a presença de três espaços distintos no

estado: o Paraná Tradicional, a Frente Norte e a Frente Sudeste. Cada um desses espaços apresenta características particulares que os diferenciam conforme sua frente e as motivações de ocupações. Ao se referir aos "Três Paranás", percebe-se tratar-se de uma abordagem ampla e heterogênea da Geografia paranaense.

Essa diferenciação é resultado dos fatores históricos, geográficos, culturais e econômicos que moldaram a formação do estado ao longo do tempo. Cada região foi influenciada por atividades econômicas específicas, padrões de assentamento humano, recursos naturais disponíveis, bem como por influências culturais e políticas, entre outros aspectos. Sendo assim, a compreensão dessas particularidades é essencial para o planejamento de políticas públicas, desenvolvimento sustentável, promoção da qualidade de vida dos cidadãos em todo o estado e, ainda, para a mobilidade urbana e interurbana entre os municípios paranaenses.

Essa relação dinâmica entre economia e espaço é essencial para compreender o desenvolvimento urbano e regional do Paraná. A análise das especificidades de cada ciclo econômico e de sua influência na formação das cidades e nas interações espaciais torna-se necessária para o planejamento e a gestão adequados do território, com vistas a um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Esses ciclos estão diretamente relacionados aos ciclos econômicos do Brasil, integrando o processo mais amplo de estruturação econômica em escala nacional. O primeiro registro refere-se ao ciclo escravo-indígena, marcado pela escravização dos povos indígenas no início do século XVI, ainda durante o processo de catequização, bem como pela capacidade de resistência dessa população nativa diante dos ataques dos bandeirantes. As reduções estiveram distribuídas por todo o estado, do Norte ao Oeste e Centro-Sul, com registros nos atuais municípios de Ponta Grossa, Irati, Alto Ivaí, Guarapuava, além de outras regiões em menor número (Ipardes, 1978).

Já o ciclo da mineração ocorreu em fins do século XVI e início do século XVII, quando surgiram os primeiros povoados no litoral paranaense, formados por habitantes em busca de ouro, dando origem a Paranaguá, Curitiba, além da abertura de um caminho que conectava o Primeiro Planalto ao litoral (Konzen e Zapparoli, 1990). Em seguida, destacou-se o tropeirismo nas áreas de campo

de Ponta Grossa, Guarapuava e Paraná, conforme já citado no tópico anterior.

Desse modo, o ciclo da erva-mate ocorreu desde o período colonial até o final do século XIX. Já o ciclo da madeira estendeu-se do final do século XIX ao início do século XX, pois, além da exploração destinada ao consumo doméstico nacional, a madeira atraiu capital estrangeiro e passou a compor pautas de exportação do estado. Nesse período, o desmatamento no Norte preparou o solo para a implementação da lavoura cafeeira (Konzen e Zapparoli, 1990).

O ciclo do café, ocorrido após a crise da economia ervateira e com o avanço da economia madeireira, deu origem à ocupação do Norte do Paraná, desenvolvendo-se em três momentos: Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo. A partir de 1950, iniciou-se a diversificação econômica, com o ciclo da soja, policultura e a pecuária, além do plantio, em escala comercial, de algodão, milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, amendoim, rami, fumo, hortelã e soja, marcando o avanço técnico na região.

Nesse processo, a criação de bovinos e suínos intensificou-se e, como consequência, ocorreu a ocupação das terras do Noroeste (Paranavaí, Nova Esperança, Umuarama, Cianorte, Loanda, etc.), do Oeste (Cascavel, Toledo, Marechal Rondon, Matelândia, Medianeira e outras), e do Sudoeste (Pato Branco, Francisco Beltrão, Capanema, Barracão e outras). No Oeste e Sudoeste, estabeleceram-se colonos oriundos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e do Norte do Paraná (Ipardes, 1983).

Desse modo, ao se pensar no avanço da fronteira agrícola capitalista no Brasil, ao longo do século XX e no século XXI, pode-se afirmar que a propriedade privada da terra constitui requisito para a consolidação da fronteira capitalista. A instituição política da propriedade da terra, tanto na fronteira quanto na sociedade capitalista em geral, reforça a desigualdade social anteriormente mencionada (Silva, 2005).

Trata-se de uma realidade histórica construída, cuja análise do ordenamento territorial sugere uma periodização, a fim de revelar os diversos usos do território e as ações particulares que obedecem aos princípios gerais da acumulação capitalista, os quais transformam e renovam o espaço, apesar da resistência de determinados grupos sociais (Silva, 2005).

As mudanças produtivas exerceram forte impacto nos municípios de maior porte do Paraná Tradicional. Esses municípios passaram a se inserir de forma mais efetiva na rede urbana, que gradualmente se ampliou, resultando em uma hierarquização mais nítida na configuração espacial do estado. Essa hierarquização indica que alguns municípios se desenvolveram mais intensamente do que outros, tornando-se centros urbanos mais relevantes e influentes na região (IBGE, 2020).

A formação territorial do Estado do Paraná não pode ser compreendida apenas como resultado de dinâmicas econômicas ou da expansão de frentes produtivas, mas deve ser interpretada, sobretudo, como a materialização de um projeto político historicamente construído, no qual o controle da terra, das instituições e dos fluxos econômicos esteve concentrado em grupos sociais específicos. Embora decretos, políticas de colonização e decisões administrativas tenham estruturado formalmente o território, são as relações de poder, as alianças familiares e a reprodução das elites regionais que constituem elementos centrais para compreender a configuração espacial paranaense.

Desde a emancipação política em 1853, a formação do Paraná foi marcada pela atuação de grupos dominantes que articularam interesses econômicos e políticos, consolidando uma elite regional com forte capacidade de controle institucional. Esse processo resultou na constituição de uma estrutura política conservadora, patrimonialista e excludente, na qual o acesso à terra, aos cargos públicos e às decisões estratégicas permaneceu concentrado em redes de parentesco e alianças oligárquicas. Como demonstra Oliveira (2001; 2012), o Estado paranaense foi historicamente moldado por relações de familismo político, nas quais genealogias, sobrenomes e vínculos familiares funcionaram como mecanismos de reprodução do poder.

Essa lógica se expressa territorialmente por meio do que Silva (2005) denomina territórios conservadores de poder, ou seja, espaços nos quais as estruturas políticas e econômicas se organizam de modo a garantir a permanência das mesmas elites no controle dos recursos, das instituições e das decisões estratégicas. Esses territórios não se restringem à dimensão administrativa, mas configuram redes que articulam Estado, mercado e grupos familiares,

produzindo espacialidades marcadas por hierarquias, exclusões e desigualdades persistentes.

No caso do Paraná, tais territórios se consolidaram a partir da política de colonização, da fragmentação fundiária seletiva e da formação de núcleos urbanos controlados por grupos locais que assumiram posições centrais na mediação entre o capital, o Estado e a sociedade. A urbanização, a expansão da agroindústria e a inserção nos circuitos globais de commodities ocorreram sob a tutela dessas elites regionais, reforçando a concentração de renda, de poder e de infraestrutura em determinados eixos territoriais.

A pesquisa de Paula (2022) demonstra que esses territórios conservadores não apenas se mantêm, mas também se reproduzem e se atualizam por meio de novos arranjos políticos, empresariais e institucionais. Mesmo diante de mudanças no modelo de desenvolvimento e da modernização técnica do território, persistem práticas clientelistas, patrimonialistas e familiares que moldam as decisões sobre o uso do solo, os investimentos públicos e as políticas de desenvolvimento regional.

Assim, as heranças políticas da formação territorial do Paraná manifestam-se na atualidade, por meio de uma rede urbana hierarquizada, de fortes disparidades regionais e de uma estrutura de poder que continua sendo mediada por elites tradicionais. O território paranaense, portanto, não é apenas palco de processos econômicos, mas expressão concreta de relações históricas de poder, nas quais o político atua como elemento estruturante da organização espacial.

Compreender o Paraná a partir dessa perspectiva implica reconhecer que as desigualdades territoriais não são acidentais, mas resultam de um processo político contínuo de seleção, exclusão e hierarquização. A análise da formação territorial, à luz dos territórios conservadores de poder e do familismo político, revela que o espaço é, em última instância, uma construção social e política, na qual se inscrevem as permanências do passado e as disputas do presente.

## **Conclusão**

Sobre o Paraná, a organização territorial foi marcada, num primeiro momento, pela fragmentação das terras e pelas formas de

assentamentos de famílias e empresas, em um processo no qual o Estado não dispunha de recursos para atender à elevada demanda decorrente da aceleração econômica, fazendo com que as técnicas ainda não estivessem consolidadas. No que diz respeito à produção, teria sido de extrema importância que houvesse, no estado do Paraná, durante o período de ocupação, um ordenamento ambiental que possibilitasse maior normalidade e funcionalidade à escala de produção pretendida.

Em linhas gerais, para concluir, as representações simbólicas e ideológicas envolvem a difusão de valores, como a conquista de territórios, a superação da distância, a velocidade, a modernização, e o pioneirismo, os quais se encontram em contínua mutação e coexistem em tensão entre diversidades e desigualdades, identidades e alteridades, territorializações e desterritorializações.

A formação política do Estado do Paraná esteve, desde sua origem, profundamente vinculada aos interesses econômicos e às estratégias de controle territorial. A emancipação da então Província do Paraná, em 1853, ao se desvincular de São Paulo, não representou apenas um marco administrativo, mas a consolidação de um projeto político voltado à ocupação, à integração e à exploração econômica de um território considerado estratégico para a expansão da fronteira agrícola e comercial do Sul do Brasil. Desde então, o Estado passou a atuar como agente central na organização do espaço, definindo prioridades, selecionando áreas de investimento e orientando os fluxos populacionais e produtivos.

Ao longo do final do século XIX e início do século XX, a política de colonização oficial e privada, articulada com companhias de terras e interesses empresariais, promoveu a fragmentação fundiária, a formação de núcleos urbanos e a inserção do Paraná nos circuitos econômicos nacionais e internacionais. Esse processo não foi neutro: respondeu a decisões políticas que privilegiaram determinadas regiões, estimularam monoculturas exportadoras e marginalizaram populações tradicionais e grupos não integrados ao projeto dominante de modernização.

Nesse sentido, o resgate dos fatores históricos de ocupação e das atividades econômicas é fundamental para compreender a configuração atual da rede urbana do Estado do Paraná. Esse movimento histórico permite identificar os processos que orientaram a formação e a hierarquização dos centros urbanos, bem como os

condicionantes políticos e econômicos que influenciaram sua consolidação ao longo do tempo. No caso paranaense, as dinâmicas urbanas não se estruturaram de maneira homogênea, resultando em disparidades regionais expressivas que se refletem na organização do território e na distribuição das atividades produtivas e dos serviços.

Conforme destaca Santos (2002), a rede urbana apresenta uma certa “viscosidade”, isto é, uma complexidade estrutural marcada por permanências, sobreposições e ritmos desiguais de modernização. Assim, muitas das assimetrias observadas no Paraná contemporâneo são fruto de contextos históricos pretéritos, nos quais decisões políticas, ciclos econômicos seletivos e processos diferenciados de ocupação territorial moldaram, de forma duradoura, as relações entre sociedade, espaço e poder.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, A. T. G. *A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná.
- BERNARDES, N. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, vol.14, n. 10, 0-15.
- CAMARGO, J. B. *História do Paraná: 1500-1889*. Maringá: Bertoni.
- CAMPINAS, R. C. A emancipação política e as alternativas de poder. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Cláudio Joaquim; TRICHES, Rita Inocência (Org.). *Paraná, espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos*. Curitiba: Bagozzi, 2005. p. 130-157.
- CARDOSO, J. A.; WESTPHALEN, C. M. *Atlas histórico do Paraná*. Curitiba: Projeto / Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.
- CHANG, M. Y. *Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná*. Londrina, IAPAR.
- CIGOLINI, A. A. *A Fragmentação do território em unidades político-administrativas: análise da criação de municípios no Estado do Paraná*. Florianópolis: (Dissertação de Mestrado em Geografia), UFSC.
- FAJARDO, S.; CUNHA, L. A. G. *Paraná: desenvolvimento e diferenças regionais*. Ponta Grossa: Atena.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GREGORY, V. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, p. 66.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasília. DF.**
- IPARDES. *As migrações e a transformação da estrutura produtiva fundiária no Paraná*. Curitiba: IparDES.
- IPARDES. *O papel social do pequeno estabelecimento rural no Paraná*. Curitiba: IparDES.

- KOHLHEPP, G. W. *Colonização agrária no Norte do Paraná*. 2014. Processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona pioneira no limite dos trópicos do Brasil sob a influência da plantação do café. Maringá: Eduem.
- KONZEN, O. G. ZAPAROLLI, I. D. Estrutura agrária e capitalização da agricultura no Paraná. *Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília*, vol. 28, n. 4, 155-173.
- MACHADO, B. P. Formação Histórica. In: BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P. (org.). *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba. UFPR.
- MAGALHÃES, M. B. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED.
- MOTIM, B. M.L. *Estrutura fundiária no Paraná tradicional – Castro – 1850-1900*. Dissertação (mestrado em história) – Universidade Federal Do Paraná, Curitiba.
- OLIVEIRA, R. C. *Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil*. Curitiba: Insight.
- OLIVEIRA, R. C. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná*. Belo Horizonte: Moinho do Verbo Editora.
- PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica: o caso Paraná*. São Paulo: Hucitec.
- PARANÁ. *Páginas escolhidas: história*. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná.
- PAULA, R. F. *Processos de formação e reprodução dos territórios conservadores de poder no Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná. Unicentro.
- PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. *A emancipação política do Paraná*. Maringá: Eduem.
- RAMOS, R. W. *O impacto da construção da Usina Governador Ney Braga*. Porto Alegre: Citadela.
- RAMOS, R. W. *Paraná Moderno De Bento Munhoz Da Rocha Netto: Ações Para Implantação De Novo Modelo Agrário (1951-1955)*. Curitiba: Paco Editorial.
- RONCAGLIO, C. *Das estradas às rodovias: meio século do rodoviarismo do Paraná*. Curitiba: DER: DEAP.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp.

SANTOS, Z. A. M. *Visconde de Guarapuava: um personagem na história do Paraná*. . 208f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SERRA, E. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. Rio Claro: UNESP.

SEVERINO, C S. *A dinâmica do poder e da autoridade na Comarca de Paranaguá e Curitiba (1765-1822)*. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2009.

SILVA, M. *Análise política do território*. Guarapuava/Paraná: Editora da Unicentro.

SILVEIRA, M. *A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil*. Presidente Prudente: FCT/UNESP.

STEINBERGER, M. *Território, Estado e políticas públicas espaciais*. Brasília: Ler Editora.

TOMAZI, N. D. *Norte do Paraná: história e fantasmagorias*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR. 338f.

WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial.

WACHOWICZ, R. C. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba: Vicentina.

WESTPHALEN, C. M.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, n. 7, n. s/n, 1-53.